

**Publicado em: História, São Paulo, 17/18, 198/1999, 115-126.**

**IX REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS CLÁSSICOS**

**SETEMBRO DE 1997**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO<sup>1</sup>**

**PROPAGANDA, ORALIDADE E ESCRITA EM POMPÉIA**

Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari<sup>2</sup>

O tema desta mesa-redonda, “opinião pública”, não pode ser tomado em sua aparente transparência, já que nossa primeira idéia a esse respeito surge, muito naturalmente, da moderna pesquisa sociológica. A “opinião pública” contemporânea não pode ser desvinculada dos meios de comunicação de massa, tanto na difusão da matéria-prima a ser avaliada por aqueles que opinam, quanto na própria coleta e divulgação das “opiniões”. O exemplo paradigmático talvez seja o “você decide”, versão brasileira do *it is up to you*, exercício de construção de “opiniões” de massa. O sociólogo francês Pierre Bourdieu, já em 1972, alertava que:

---

<sup>1</sup> Mesa-Redonda “Opinião pública e produção literária”, coordenada pelo Prof. Dr. Antônio Silveira Mendonça, com a participação de A.S. Mendonça, N.L. Guarinello e P.P.A. Funari.

<sup>2</sup> Livre-Docente em História Antiga, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, C. Postal 6110, Campinas, 13081-970, fax: 019-2393327, pedrofunari@sti.com.br.

“Por um lado, havia opiniões constituídas, mobilizadas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de *interesses* explicitamente formulados; e, por outro, disposições que, por definição, não constituem opinião, se por esta palavra compredermos alguma coisa que pode ser formulada num discurso com uma certa pretensão à coerência. Esta definição da opinião não é a minha opinião sobre a opinião. A opinião, na acepção que é implicitamente admitida pelos que fazem pesquisas de opinião ou utilizam seus resultados, esta opinião não existe” (Bourdieu 1983: 182).

O mesmo Bourdieu utiliza-se de uma expressão grega para referir-se à *communis opinio*: *doxa*. Assim, embora no mundo antigo não houvesse comunicação de massa e, menos ainda, pesquisas de opinião pública, foi naquele ambiente que surgiu o conceito de “opinião”. Cícero (*Oratio pro Cluentio* 2, 33, 70) referia-se à *popularis opinio*, e *opinio* tanto era termo usado para traduzir o grego *doxa*, por oposição a *episteme*, como, mais prosaicamente, para designar “impressão”, verdadeira ou falsa. “Impressão” corresponde bem à raiz de *dokeo* (“parecer, pensar, imaginar”) e, ainda que não saibamos a origem de *opinio*, transmite a sensação de imprecisão, de falta de certeza da “opinião”: este o sentido, em outra frase de Cícero (*Frag. Scaur.* 7), *apud homines barbaros opinio plus ualet saepe quam res ipsa* (“entre os homens bárbaros, a impressão vale, muitas vezes, mais do que a própria realidade”). Expressões como *opinio est* (“considera-se”), *opiniones omnium* (“todos acham”), bem como o sentido de “boato” que a palavra possui <sup>3</sup>,

---

<sup>3</sup> E.g. Suet. *Ner.*53; Just. 8,3,8.

conduzem-nos à existência de um espaço público que permitia a existência não apenas do sentido individual da opinião (*ut mea opinio est*, “na minha opinião”), como da impressão tornada coletiva<sup>4</sup>.

Haveria, pois, necessariamente, um espaço público antigo, uma *Öffentlichkeit* (“abertura”, “esfera pública”) subjacente à opinião pública. As paredes de Pompéia preservaram um grande número de epígrafes cuja existência só pode ser explicada pela vitalidade de um campo semiótico público. Dois tipos de inscrições compõem esse campo: *programmata* e *edicta munerum edendorum* (“cartazes eleitorais e anúncios de apresentações no anfiteatro”), por um lado, e *graphio inscripta*, por outro. Os primeiros, feitos com tinta, em letras capitais cursivas a serem vistas a distância, eram anúncios, enquanto os segundos eram intervenções individuais *voltadas para o público*. O estudo destes dois tipos de expressão permite tecer algumas considerações sobre a opinião pública, em uma cidade romana como Pompéia. A ubiqüidade dos anúncios chamou a atenção de diversos estudiosos e um destes especialistas concluiu, recentemente, que:

“As inscrições eleitorais eram, provavelmente, expressões do caráter competitivo da elite local, que emergia de público nas eleições anuais e fazia-se visível por meio dos nomes dos candidatos pintados por toda a cidade” (Mouritsen 1990: 149)<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> As intervenções de A.S. Mendonça sobre a opinião pública à época Júlio César e de N.L. Guarinello sobre o principado de Nero tratam da dimensão política da *opinio*.

<sup>5</sup> *Electoral inscriptions were probably symbolic expressions of the competitive character of the local elite, which emerged in public at the annual elections and was made visible through the candidate names painted all over the town.*

Outros, como James L. Franklin (1980: 120), ressaltaram que os magistrados queriam fixar, na mente pública, a sua *gloria, fama*<sup>6</sup>. Cícero, em seu excuro no *Brutus* (183-200), ressalta que deve haver uma harmonia entre os julgamentos de cultos e incultos: *necesse est, qui ita dicat ut a multitudine probetur, eundem doctis probari...illud quod populo non probatur, ne intellegenti quidem auditori probari potest* (cf. Bolonyai 1993: 108) (“é necessário que assim diga, de modo a ser aprovado pela multidão e, o mesmo, seja aprovado pelos cultos...aquilo que não é aprovado pelo povo, não pode ser provado para um auditório inteligente”<sup>7</sup>). Para que se possa chegar à opinião pública pompeiana, seria necessária uma historicização dos conceitos usados nos anúncios, pois apenas dessa forma teremos um acesso menos obscurecido pelos nossos próprios conceitos modernos (cf. Bourdieu 1996: 79). Karl Acham (1979: 181) lembrava que:

“Qualquer discussão de um momento histórico, na teoria da ciência social, está, inevitavelmente, ligada à discussão da historicidade dos conceitos”<sup>8</sup> (cf. Meier, 1970: 186).

Não há dúvida que Géza Alföldy (1986: 81) tem razão, quando afirma que não cabe ao historiador simplesmente parafrasear os antigos<sup>9</sup>, mas, para podermos entender, com nossa própria terminologia, a sociedade estudada, faz-se necessário, antes,

---

<sup>6</sup> Isto não significa, contudo, endossar a interpretação geral de Franklin sobre a falta disputa efetiva entre os candidatos, tese desenvolvida depois por Jongman (1991; cf. Funari 1991a); sobre isto, parecem mais razoáveis as análises de Mouritsen (1990) e Lo Cascio (1996: 114).

<sup>7</sup> Cf. Funari (1991b: 18): *lo que al pueblo no le gusta no es aceptado o imitado.*

<sup>8</sup> *Jede Erörterung des historischen Momentes in den theoretischen Sozialwissenschaften is unausweichlich mit einer Erörterung der Historizität der Begriffe verbunden.*

<sup>9</sup> *Es ist aber die Aufgabe des Historikers, die übergreifenden Phänomene der Geschichte nicht nur paraphrasierend zu beschreiben, sondern sie möglichst auch mit einem - modernen oder zeitgenössischen - Namen zu benennen...*

estudarmos sua própria construção discursiva. Cícero, em seu *de lege agraria* (1,7,8), argumentava que, se buscássemos a opinião pública, descobriríamos que ao povo agradava, antes de tudo, a paz: *etenim, ut circumspiciamus omnia quae populo grata atque iucunda sint, nihil tam populare quam pacem, quam concordiam, quam otium reperiemus* (“assim, se observármos o que seja agradável e bom para o povo, não encontraremos nada tão popular quanto paz, concórdia e ócio”). Seriam estas as palavras que apareceriam nos anúncios pompeianos?

Em alguns casos, encontramos, nos cartazes eleitoriais pompeianos, termos presentes em autores eruditos, sendo, talvez, o melhor exemplo a inscrição CIL IV, 45, *amator(em) uest(rum) faciat(is) aed(ilem) M. Ma(rium?)*, análoga à frase de Cícero (*Ad Att.* 1, 20) *L. Papirius Paetus, uir bonus amatorque noster*. O uso de *amator* (“amigo”) denota o valor atribuído ao candidato, que se comporta, com relação aos eleitores, como um “amante”. O mesmo pode ser dito do uso de *optimus* (CIL IV, 158, *optimum iuuenem*, 187 *optimos*) e *ciuis bonus* (CIL IV, 499); o termo *defensor coloniae* (CIL IV, 768), que aparece nos documentos da tradição literária apenas no século quarto d.C., referindo-se à proteção em relação aos governadores, surge muito antes, em Pompéia, como “patrono”. O uso de *probissimus* (CIL IV, 460, *Paquium et Caprasium probissimos*) também ecoa o uso erudito (cf. Plaut. *Most.* 1,2,53: *frugi usque et probus fuit*). Diversas fórmulas eleitorais repetidas indicam que o candidato devia ser considerado *dignus rei publicae* (CIL IV, 220, *Rufum dig(num) reip(publicae)*), construção que usa o genitivo, no lugar do clássico uso do ablativo (cf. CIL IV, 121, 221, 230, 232, 459, 566, 702, 768). Note-se que *dignus*, relacionado a *deceat* e, portanto, a *decus*, *decor*, deve ter origem comum com a palavra

grega *doxa*, justamente, “opinião, fama”. O uso do genitivo liga-se à língua falada, já que o único exemplo de uso erudito deste caso encontra-se em Virgílio (*En.* 12, 405, d: *indignus auorum*), o que demonstra tratar-se de cartaz voltado para a massa, que se utilizava desse adjetivo para se referir ao candidato apreciado (Väänänen 1937: 200).

O uso de expressões como *oro uos faciatis*, abreviada como *ovf*, escrita como uma sigla única (cf. CIL IV, 351, 352) está a indicar seja a compreensão generalizada, tanto da expressão como da abreviatura, seja o poder da “opinião” pública de “fazer” o candidato. Entre os que se apresentam como propugnadores das candidaturas, encontramos *muliones* (“cocheiros”) (CIL IV, 97, 113), um *princeps libertinorum* (“primeiro entre os aforriados”) (CIL IV, 117), *pomari* (“fruteiros”) (CIL IV, 202), *gallinarii* (CIL IV, 241) (“galinheiros”), mas, também, mais obscuros *dormientes* (CIL IV, 575) ou *seribibi* (CIL IV, 581) (“beberrões da madrugada”, *hapax*). Quaisquer que sejam as interpretações para estas inscrições, assim como para aquelas de mulheres que apóiam candidatos (Savunen 1995), estão todas a ressaltar que havia atores sociais considerados dignos de menção nas paredes. Não se discute que as mulheres não votavam, nem que a presença de categorias sociais subalternas pode representar uma inscrição paga por membros da elite, mas o que nos importa é que havia uma opinião pública que aceitava mulheres, libertos e pobres como supostos autores de discursos públicos. Não se citariam esses *humiles et obscuri homines* (Cícero, *Diu.* 1, 40,88) se eles não fizessem parte de um espaço público.

Os *edicta munerum edendorum* (“cartazes de divulgação de espetáculos”) demonstram a preocupação, por parte dos patrocinadores destes eventos, de tornar pública a sua oferta de lutas de gladiadores e de caçadas. Note-se a menção ao patrocínio *sine impensa publica* (CIL IV, 7991; Fig. 1), “sem despesa pública” (cf. Cícero, *De Republica* 2, 14: *sine impensa*; Suetônio, *Vesp.* 18: *impensa publica*), a revelar a valorização, por parte dos leitores do cartaz, do recurso aos próprios recursos privados, ainda que a excepcionalidade da expressão deixe entrever que não se tratava de costume generalizado.

Outras inscrições pintadas revelam uma atenção notável para com a opinião alheia, pública e anônima. Assim, um Lúcio queria que esses leitores incógnitos soubessem que havia pintado algo (CIL IV, 7535: *Lucius pinxit*; Fig. 2) e um Caio Júlio Trofimo queria desenhar-se e assinar seu nome. Tanto seu nome, de origem servil, como o a correção na escrita, ressaltam que Trofimo encontrava-se em uma posição social modesta o que, no entanto, não o impedia de ambicionar comunicar-se com o público (CIL IV, 7309, b; Fig. 3). Pode avaliar-se a quem se destinavam as mensagens parietais pelas advertências aos *cacatores* (“aqueles que defecam”) (CIL IV, 3782, 3832, 4586, 5438, 6641, 7038, 7716), interpretados por August Mau, editor do CIL IV, no século passado, ao comentar inscrição perto da *latrina*, como *monentur domestici ne alibi quam in latrina cacent* (in CIL IV, 3832) (“os domésticos sejam advertidos de que só devem defecar na latrina”). Não sabemos se as admoestações referiam-se apenas aos “domésticos” mas, como quer que fosse, voltavam-se para gente simples.

Os grafites podem ser caracterizados como verdadeiro manancial de intervenções públicas. Dois deles demonstram, de forma muito clara, a preocupação privada com a “opinião pública” e merecem ser mencionados *in extenso*. Um libelo de um Severo contra um Sucesso, rivais na busca do afeto de uma escrava (CIL IV, 8258; 8259; Fig. 4; Funari 1991: 23; Varone 1994: 112), foi escrito à entrada de uma *caupona* (“taberna”), com os seguintes dizeres:

(Severo)

*Successus textor amat coponiaes ancilla(m)*  
*nomine Hiridem, quae quidem illum*  
*non curat, sed ille rogat, illa com(m)iseretur.*  
*Scribit riualis. Vale.*

(Sucesso)

*Inuidiose, quia rumpeles, sedare (uel se(c)tare) formosiolem,*  
*et qui est homo prauessimus et bellus.*

(Severo)

*Dixi, scripsi. Amas Hiridem,*  
*quae te non curat. Six Sucesso,*  
*ut supra .....s....*  
*Seuerus*

“Severo: Sucesso, o tecedor, ama Iris, escrava taberneira, que não lhe dá atenção. Mas pede que tenha dó dele, mas ela não liga. Escreva, rival, saudações.

Sucesso: invejoso, porque arreventa com ciúmes! Não persiga quem é mais atrativo e que é robusto e maldoso.

Severo: disse e escrevi. Você ama Hiris, que não se importa. De Sucesso para Severo, como acima, Severo.”

Nesta ocasião, deixarei de lado as divergências de interpretação desse grafite<sup>10</sup>, pois o que importa é a publicidade da disputa, o “escreva”, o “não persiga”, que estão a demonstrar que, na entrada do bar, havia um público atento a tais discórdias. Outro exemplo relata a preocupação com a reputação pública (CIL IV, 10150; Funari 1991: 42; Varone 1994: 81; Adams 1982:81, 135; Fig. 5):

*(Cum) de(d)uxisti octies, tibi superat (=superest), ut (h)abeas sedecies. Coponium fecisti. Cretaria fecisti. Salsamentaria fecisti. Pistorium fecisti. Agricola fuisti. Aere minutaria fecisti. Propola fuisti. Laguncularia nunc facis. Si cunnu(m) linxseeris, consummaris omnia.*

---

<sup>10</sup> Sobre isso, consulte-se Varone (1994: 112-3).

“Já desempenhou oito, superará dezesseis. Trabalhou como taberneiro, ceramista, salsicheiro, padeiro, agricultor, bronzista de quinquilharias, vendedor de rua; agora é ceramista de pequenos vasos. Para completar, só falta praticar o cunilíngua”.

Novamente, tornar pública uma declaração como essa remete a um espaço coletivo e a uma *opinio* que era pública. Essas mensagens parietais, abertas *al publico di ogni ceto sociale* (“ao público de todos os níveis sociais”), nas palavras de Matteo della Corte (1933: 123), apenas seriam possíveis em uma sociedade em que o espaço público era significativo e na qual a expressão verbal era essencial para a vida coletiva<sup>11</sup> (Debordes 1995). Não se pode subestimar a importância desse aspecto do mundo romano, pois a centralidade da vida pública, atestada nas inscrições parietais pompeianas, remete a uma sociedade cujo funcionamento implicava na existência de uma esfera de relações públicas e abertas. Quando detalhes privados são tornados públicos e quando a própria vida coletiva encontra-se tão insistentemente tratada é porque, naquela sociedade, havia uma opinião pública que não se restringia à elite. As implicações disso para a interpretação da sociedade romana são muitas, a serem exploradas, com maior profundidade, em outros estudos, pois ainda há um enorme manancial de informações epigráficas a serem estudadas.

**Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari**

**Av. São Remo, 463, apt.61A, São Paulo, SP, 05360-150.**

**Livre-Docente, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

**Universidade Estadual de Campinas**

C. Postal 6110, Campinas, 13081-970, fax: 019-2393327, pedrofunari@sti.com.br

## REFERÊNCIAS

### AUTORES ANTIGOS

Cícero, *Ad Att.* 1, 20.

Cícero, *Brutus*, 183-200.

Cícero, *Diu.*, 1, 40,88.

Cícero, *Frag. Scaur.* 7.

Cícero, *De lege agraria* 1,7,8.

Cícero, *Oratio pro Cluentio* 2, 33, 70.

Cícero, *De Republica* 2, 14.

Justino, 8,3,8.

Plauto, *Mostellaria* 1,2,53.

Suetônio, *Ner.* 53.

Suetônio, *Vesp.* 18.

Virgílio, *En.* 12, 405, d

---

<sup>11</sup> Cf. Hanson (1991: 179): *the practice of writing graffiti apparently became widespread only under*

## INSCRIÇÕES

## CIL IV:

45, 97, 113, 117, 121, 158, 187, 202, 220, 221, 230, 232, 241, 459, 460, 499, 566, 575, 581,  
702, 768, 768, 3782, 3832, 4586, 5438, 6641, 7038, 7309, 7535, 7716, 7991, 8258, 8259,  
10150

## AUTORES MODERNOS

Acham, K. 1979 Zur Rolle des Historischen in den theoretischen Sozialwissenschaften, in  
J. Kocka & T. Nipperdey (orgs), *Theorie und Erzählung in der Geschichte*, Munique, DTV:  
153-221.

Adams, J.N. 1982 *The Latin Sexual Vocabulary*. Londres, Duckworth.

Alföldy, G. 1986 *Die römische Gesellschaft*. Stuttgart, Steiner.

- Bolonyai, G. 1993 Iudicium docti indoctique, *Acta Antiqua Academiae Scientiarum Hungaricae* 34: 103-137.
- Bourdieu, P. 1973 *Questões de Sociologia*. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- Bourdieu, P. 1996 Über die Beziehungen zwischen Geschichte und Soziologie in Frankreich und Deutschland, *Geschichte und Gesellschaft* 22: 62-89.
- Della Corte, M. 1933 Le iscrizioni graffite della 'Basilica degli Argentari' sul Foro di Giulio Cesare, *BCACR* 61: 111-130.
- Desbordes, F. 1995 *Concepções sobre a escrita na Roma Antiga*. Trad. F. M.L. Moreto & G.M. Machado. São Paulo, Ática.
- Franklin, J.L. 1980 *Pompeii: the electoral programmata, campaigns and politics, AD 71-79*. Roma, American Academy.
- Funari, P.P.A. 1991a Resenha de W. Jongman, *The Economy and Society of Pompeii*, Amsterdam, Gieben, 1991, *Classica* 4: 245-248.
- Funari, P.P.A. 1991b *La Cultura Popular en la Antigüedad Clásica*. Écija, Editorial Sol.
- Hanson, A.E. 1991 Ancient illiteracy, in J.H. Humphrey (ed.), *Literacy in the Roman World*, Ann Arbor, JRA sup.series 3: 159-198.
- Jongman, W. 1991 *The Economy and Society of Pompeii*. Amsterdam, Gieben.
- Lo Cascio, E. 1996 Pompei, dalla città sannitica alla colonia sillana: le vicenze istituzionali, in AA.VV., *Les élites municipales de l'Italie des Gracques à Néron*, Nápoles: 111-123.
- Meier, C. 1970 Die Wissenschaft des Historikers und die Verantwortung der Zeitgenossen, in AA.VV., *Entstehung des Begriffs 'Demokratie'*, Frankfurt, Suhrkamp: 182-221.

Mouritsen, H. 1990 A note on Pompeian epigraphy and social structure, *Classica et Medievalia* 41: 131-149.

Savunen, L. 1995 Women and elections in Pompeii, in R. Hawley & B. Levick (eds), *Women in Antiquity*, Londres, Routledge: 194-206.

Väänänen, V. 1937 *Le latin vulgaire des inscriptions pompéiennes*. Helsinki, Annales Academiae Scientiarum Fennicae.

Varone, A. 1994 *Erotica Pompeiana*. Roma, L'Erma di Bretschneider.

## FIGURAS

1. CIL IV, 7991;

2. CIL IV, 7535;

3. CIL IV, 7309, b;

4. CIL IV, 8258-9;

5. CIL IV, 10150.